



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO – CDSA  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC  
PROGRAMA ESCOLA DA TERRA-MEC/SECADI - 2023-2024  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA PARA A  
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

**MARIA JOSÉ LIMA DA SIVA**

**A AMPLIAÇÃO DA JORNADA DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA EM  
PARARI-PB: ASPECTOS INFRAESTRUTURAIS E ORGANIZAÇÃO  
DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

**SUMÉ - PB  
2024**

**MARIA JOSÉ LIMA DA SILVA**

**A AMPLIAÇÃO DA JORNADA DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA EM  
PARARI-PB: ASPECTOS INFRAESTRUTURAIS E ORGANIZAÇÃO  
DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Educação  
Contextualizada para a Convivência com  
o Semiárido do Centro de  
Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande como requisito parcial  
para obtenção do título de Especialista.**

**Orientador: Professor Dr. Filipe Gervásio Pinto Barbosa.**

**SUMÉ - PB  
2024**



S586a Silva, Maria José Lima da.

A ampliação da jornada da educação escolarizada em Parari-PB: aspectos infraestruturais e organização do trabalho pedagógico. / Maria José Lima da Silva. - 2024.

37 f.

Orientador: Professor Dr. Filipe Gervásio Pinto Barbosa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

1. Educação integral. 2. Infraestrutura educacional - escola integral. 3. Organização do trabalho pedagógico. 4. Escola Cidadã Integral jairo Aires Caluête - Parari-PB. 5. Parari-PB - educação em tempo integral. I. Título. II. Barbosa, Filipe Gervásio Pinto.

CDU: 631.4:37(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

**MARIA JOSÉ LIMA DA SILVA**

**A AMPLIAÇÃO DA JORNADA DA EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA EM PARARI-  
PB: ASPECTOS INFRAESTRUTURAIS E ORGANIZAÇÃO  
DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Especialização em Educação  
Contextualizada para a Convivência com  
o Semiárido do Centro de  
Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido da Universidade Federal de  
Campina Grande como requisito parcial  
para obtenção do título de Especialista.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Professor Dr. Filipe Gervásio Pinto Barbosa.  
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva.  
Examinador I - UAEDUC/CDSA/UFCG**

---

**Professora Dra. Kátia Ramos Silva.  
Examinador II - UACIS/ UFCG/CDSA**

**Trabalho aprovado em: 12 de dezembro de 2024.**

**SUMÉ - PB**

## RESUMO

O trabalho monográfico intitulado “A ampliação da Jornada da Educação Escolarizada em Parari-PB: Aspectos Infraestruturais e Organização do Trabalho Pedagógico”, exprime como objeto de estudo a ampliação da jornada escolar na Escola Cidadã Integral Jairo Aires Caluête no município de Parari-PB no contexto da Educação Integral, discutindo seus desafios infraestruturais, organizacionais e pedagógicos. A pesquisa utiliza abordagem documental e de campo, analisando dados coletados através de um questionário aplicado com professores e gestores da escola. A pesquisa contextualiza historicamente a expansão do tempo escolar no Brasil e sua relação com políticas educacionais como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio. Evidencia a falta de adaptação da infraestrutura escolar para o modelo integral, com problemas como ausência de refeitório, falta de climatização de espaços de lazer e de descanso para alunos. Além disso, aponta dificuldades na organização do trabalho pedagógico, incluindo a sobrecarga dos professores, falta de formação continuada e desmotivação dos alunos. A pesquisa aborda os itinerários formativos e a redução da carga horária das disciplinas tradicionais do currículo, como sendo mudanças pedagógicas que comprometerem a aprendizagem. Conclui-se assim que a implementação da Educação Integral na escola investigada enfrenta problemas estruturais e pedagógicos que impactam de forma limitante no processo ensino aprendizagem, o qual tem se tornado cada vez mais desafiador em meio ao novo modelo de Ensino Integral amplamente implantado no Brasil.

**Palavras-chave:** Educação Integral; infraestrutura; organização do trabalho pedagógico.

## ABSTRACT

The monographic work titled “The Expansion of the Schooling Journey in Parari-PB: Infrastructure Aspects and Organization of Pedagogical Work” presents as its object of study the extension of the school day at Escola Cidadã Integral Jairo Aires Caluête in the municipality of Parari-PB within the context of Integral Education, discussing its infrastructural, organizational, and pedagogical challenges. The research employs a documentary and field approach, analyzing data collected through a questionnaire applied to teachers and school administrators. The study historically contextualizes the expansion of school hours in Brazil and its relation to educational policies such as the BNCC (National Common Curricular Base) and the High School Reform. It highlights the lack of adaptation of school infrastructure to the integral model, with issues such as the absence of a cafeteria, lack of air conditioning in leisure spaces, and the absence of resting areas for students. Additionally, it points out difficulties in the organization of pedagogical work, including teacher overload, lack of continuous training, and student demotivation. The research addresses formative itineraries and the reduction of class hours for traditional curriculum subjects as pedagogical changes that compromise learning. It concludes that the implementation of Integral Education in the investigated school faces structural and pedagogical issues that significantly impact the teaching-learning process, making it increasingly challenging within the new Integral Education model widely implemented in Brazil.

**Keywords:** Integral Education; infrastructure; organization of pedagogical work.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO INTEGRAL.....</b>	<b>10</b>
2.1	MARCOS CONCEITUAIS E ESTRATÉGICOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	10
2.2	MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL.....	17
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do processo histórico de ampliação das jornadas escolares no Brasil e sua interface com a adoção de políticas de Educação Integral no âmbito local, mais especificamente em Parari-PB.

Trata-se de um tema que vem exercendo uma influência muito decisiva nos atuais processos de decisão sobre a política educacional e curricular no Brasil, inclusive sendo parte integrante de reformas educacionais contemporâneas como a Base nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio.

Uma ampliação progressiva do tempo das jornadas escolares no Brasil está prevista desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9496/ 96) e vem ocupando a agenda das diferentes versões dos Planos Nacionais de Educação (PNE). Trata-se de uma tarefa historicamente atrasada, que caminhou de par com a própria universalização do ensino fundamental e a erradicação do analfabetismo.

A ampliação da jornada escolar no Brasil, vem sendo discutida desde o início do século XX, sob a perspectiva de atender às demandas sociais e nos últimos anos, esta é uma realidade que tem sido implementada em crescente escala pelas fedes de ensino em todo território brasileiro, sob o amparo da já referida LDB. A lei propõe o aumento progressivo da jornada escolar no ensino fundamental, bem como a implantação das propostas de escolas de tempo integral.

Diante deste cenário, percebemos a importância de avançarmos cada vez mais no estudo sobre essa política de educação, verificando assim, como ela está sendo empreendida e qual a concepção adotada pela comunidade escolar local, tendo em vista que alguns autores a exemplo de Zapletal e Machado (2019), nos chamam a atenção sobre as diversas abordagens e controversas existentes acerca desse assunto.

Isso se deve ao fato de a educação integral ter se tornado uma temática urgente e de maneira geral muito pertinente em todas as esferas educacionais quando se trata de questões relacionadas ao desenvolvimento dos processos de educação. Sabemos que há quem diga que esta é apenas uma política de governo bastante falha, e que por outro lado há também aqueles que a evidenciam como sendo uma ação educacional muito positiva, principalmente no que se refere à melhoria dos índices da educação básica no Brasil e ao modo como o país pode ter alinhamento com as políticas educacionais internacionais.

Neste contexto, através do presente trabalho verificamos e compreendemos as implicações desse novo modelo de escola integral, no âmbito nacional e local, com ênfase para



a realidade vivenciada nas escolas do município de Parari-PB. Sabemos que assim como acontece em vários lugares, essa é uma proposta que em sua amplitude tem apresentado questões e problemáticas relacionadas à prática docente, a infraestrutura e a organização do trabalho pedagógico.

O interesse pelo tema deve-se à sua relevância social e pedagógica. Tal relevância pode ser verificada na ênfase dos estados e municípios em relação à ampliação das jornadas escolares e as tentativas de melhorar o desempenho junto às avaliações de larga escala no Brasil, como também partindo de uma premissa legal de ampliação do direito subjetivo à educação a todos os sujeitos sociais. Desta forma, o cotidiano escolar de milhões de estudantes, professores (as), gestores (as) e comunidade educativa em geral, passa por profundas transformações quanto à estrutura da política educacional e também quanto à organização do trabalho pedagógico na escola.

A respeito desta última questão, a nossa prática enquanto professora de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental também nos forneceu elementos importantes para a reflexão sobre Educação Integral. Temos ouvido constantemente várias insatisfações, preocupações e desejo de melhorias por parte daqueles que vivenciam o dia a dia em uma escola de educação básica que funciona em tempo Integral, na qual alunos, professores e funcionários permanecem por mais de oito horas no educandário, tendo que suportar situações de muitas fragilidades referentes a; financiamento, administração, gestão pedagógica, condições de trabalho, sobrecarga de funções, entre outras, que nos levam a perceber como sendo aspectos desse sistema educacional que merece ser observado na perspectiva de propor melhorias.

Deste modo, fomos além das especulações, e empreendemos uma compreensão ampla baseada em teorias existentes e relatos das pessoas sobre como de fato está acontecendo a ampliação da jornada escolar no supracitado município. Compreendemos os problemas, desafios e avanços perceptíveis pelos gestores, professores e alunos, assim verificarmos de que maneira as escolas de Parari-PB recebem e reconfiguram a política nacional de Educação Integral.

Portanto, todo o nosso trabalho fundamenta-se inicialmente a partir da abordagem documental sobre as diferentes concepções de Educação Integral que circulam tanto nas produções acadêmicas recentes quanto nos documentos oficiais que orientam e determinam a implantação das escolas integrais e, por conseguinte, pela análise e apresentação de dados coletados através de uma pesquisa quanto às continuidades e discontinuidades da política nacional em relação à política local.

Assim, a fim de dar cabo ao andamento desta pesquisa e sistematizar as nossas curiosidades em relação ao tema proposto, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: como ocorre a implementação da política de educação integral no município de Parari-PB? Para solucionar tal curiosidade, elegemos o objetivo geral de: compreender a implementação da política de educação integral no município de Parari-PB e como objetivos específicos: a) caracterizar a política de educação integral do estado da Paraíba e b) e analisar os aspectos infraestruturais e de organização do trabalho pedagógico da escola integral de Parari-PB.

Do ponto de vista metodológico, é preciso que façamos algumas delimitações gerais e que tratemos das opções sobre os operativos prático da pesquisa. Assim, a metodologia do trabalho assume sua importância na forma como organiza tanto as concepções de conhecimento e de produção acadêmica do pesquisador, como também estabelece as balizas para o processo de estudo, levantamento de dados, organização dos dados e análises e interpretações.

A presente investigação se caracteriza como uma pesquisa exploratória documental e de campo, uma vez que explora de maneira descritiva a realidade educacional dos sujeitos no âmbito da formulação da política nacional e estadual de educação integral, bem como investiga os aspectos infraestruturais e de organização do trabalho pedagógico em uma escola integral do município de Parari-PB.

O campo de pesquisa do trabalho tem uma dupla natureza. Sendo o trabalho sobre educação integral, vamos investiga-la em dois níveis; o nível da política educacional, com a legislação disponível sobre o tema do ponto de vista nacional e estadual e o segundo nível corresponde ao nível local, com a compreensão de como funciona a infraestrutura e a organização do trabalho pedagógico na escola estadual de Parari- PB, tendo neste caso à única escola estadual do município de Parari-PB, como campos de pesquisa.

A opção por estes campos de pesquisa se mostra coerente com as pretensões do trabalho de estabelecer os nexos e os contrassensos existentes entre a esfera nacional e a esfera local no que tange à educação integral.

Por sua vez, os sujeitos da pesquisa foram a coordenadora pedagógica, que chamaremos de **CP**, formada em Pedagogia, com especialização em coordenação pedagógica e escolar, atua na escola há nove anos sendo cinco anos como professora e quatro anos como CP; a coordenadora Financeira que chamaremos de **CF**, formada em Letras Espanhol e atua nesta função há sete anos na escola; uma professora da área de Linguagens, que chamaremos **PLP**; Mestre na área de Linguagens e códigos e atua na escola por mais de 20 anos; um professor da área de Ciências Humanas e sociais, que chamamos **PCHS**, formado em geografia, está atuando

na escola há dois anos e seis meses e um professor da área de Ciências Exatas, que chamamos de **PCE**, formado em matemática e atua na escola há dois anos e quatro meses

O critério de escolha desses sujeitos se deve à possibilidade de realizar uma análise ao nível da gestão escolar, com a gestora e a coordenadora pedagógica, além de todas as áreas de conhecimento integradas pelos professores da escola.

Os procedimentos de coleta de dados utilizados no trabalho foram dois: análise documental, com a investigação sobre os documentos nacionais e estaduais da política de educação integral e um questionário aplicado com s sujeitos da pesquisa contendo 10 perguntas sobre os três objetivos específicos do trabalho.

As fontes da pesquisa foram: documento nacional, documento estadual e o documento gerado através dos questionários realizados com os sujeitos da pesquisa, que foram transcritos e analisados. A opção por essas fontes se mostra relevante para a satisfação dos objetivos específicos traçados. Organizamos os dados de acordo com os nossos objetivos específicos, de modo que, em cada seção da análise um dos objetivos será focado.

Para além desta introdução, que apresenta a contextualização geral e os aspectos metodológicos da pesquisa, o presente trabalho se divide em outras partes, a saber: referencial teórico, análise de dados e conclusão. É o que se verá adiante.

## 2 EDUCAÇÃO INTEGRAL

Esta seção trata do referencial teórico da do trabalho e, para tanto, se propõe a discutir os marcos conceituais da educação integral e o seu histórico legal. Esta opção é coerente com a consecução dos objetivos do trabalho, conforme será visto a partir de agora.

### 2.1 MARCOS CONCEITUAIS E ESTRATÉGICOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

No Brasil, atualmente, o conceito de Educação Integral vem sendo amplamente discutido, dado o crescente avanço na implementação de escolas em tempo integral. Ao longo da história, principalmente nas décadas de 1920 e 1930, este conceito esteve contido em teorias filosóficas e políticas influenciadas diretamente pelo socialismo, pelo liberalismo e também pelo conservadorismo.

Sabemos que a ampliação progressiva da oferta de educação escolarizada sempre foi uma meta perseguida, seja por países desenvolvidos quanto por países semicoloniais. No Brasil, a própria oferta educacional como um todo, assim como o enfrentamento de tarefas historicamente atrasadas como a erradicação do analfabetismo seguem como pendentes e sempre sujeitas a novos programas e iniciativas dos diferentes governos nacionais, estaduais e municipais.

No caso da educação em tempo integral, as principais experiências nacionais foram as Escolas- Parque, inspiradas no modelo da Escola Nova traduzido por Anísio Teixeira para a realidade brasileira e as escolas em tempo integral do Governo de Lionel Brizola, no Rio Grande do Sul. As raízes dessas propostas estão localizadas no começo do século passado.

Neste contexto, verificamos através de estudos que a Educação Integral começou a ser proposta ainda no século XX por diversas correntes políticas, tendências e movimentos, conforme destacam Cardoso e oliveira (2019), ao citar alguns pensamentos de matrizes ideológicas, tais como: **I- Os Integralistas**, representados por conservadores a exemplo de Plínio Salgado, que defendia uma educação voltada para a formação a ser trabalhada nas dimensões espiritual, do nacionalismo cívico e a disciplina. Embora essa corrente apontasse para uma proposta de educação que considerasse o homem em dimensões diversas, ela se caracterizava sobretudo a partir de ideais conservadores. **II- O Movimento socialista e anarquista**, com influências da corrente socialista espalhada pelo mundo, via a educação fornecida pelo Estado como uma reprodução de ideologias capitalistas, e então passou a rejeitá-la e propor um projeto educativo que questionava a ordem social com foco na autonomia, a igualdade e a liberdade, de forma que a educação fosse oferecida de forma igual para todos e

assim, colocando a educação como uma estratégia importante no processo de revolução social. A corrente anarquista maximizava a crítica ao próprio regime de institucionalidade da oferta da educação escolar propondo inclusive a sua abolição. **III- Os Liberais** (reformadores e pioneiros da educação nova) que tinham como principal representante Anízio Texeira, o qual, buscava superar os métodos considerados tradicionais, pautados na rigidez e memorização dos conteúdos e propondo uma modificação das ideias e das práticas em que os fins da educação deveriam ser definidos em função das mudanças econômicas e sociais.

Essas tendências tinham em comum a ideia de ampliação das experiências escolares nos aspectos curriculares, formativos e também em relação ao tempo dos jovens na instituição escolar.

Diante, do exposto, percebe-se que em todas as correntes filosóficas acima referidas seja de maneira implícita ou explícita apontam para uma concepção de Educação Integral, que se pauta numa visão de educação escolar que deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em suas diversas dimensões. No entanto, cabe ressaltar que eram propostas e experiências advindas de matrizes ideológicas bastante diversas e, por vezes, até contraditórias. Os Integralistas buscavam ampliar a proposta de educação prezando pela espiritualidade, o nacionalismo cívico e a disciplina, fundamentos que, no contexto de suas ações, claramente caracterizam-se como fundamentos político-conservadores. Isso era parcialmente contraposto pelas correntes liberais e ainda mais pelas correntes anarquistas e socialistas.

E neste contexto, Cardoso e Oliveira (2020), nos chamam a atenção para o fato de “que, nos últimos anos, ocorreu um avanço e a retomada desse ideário, principalmente, por setores conservadores ligados aos partidos políticos de extrema direita, latifundiários, militares e às igrejas evangélicas, o que coloca em risco os processos democráticos no país, em especial, a partir de 2019 (CARDOSO E OLIVEIRA, 2020 p.5).

Assim, a ampliação da jornada escolar, em si mesma, não tem nenhuma virtude ou vício. É necessário entender a situação política e educacional para conhecer a estrutura e as linhas gerais da implementação das jornadas integrais no Brasil, ainda mais em um momento de profundos cortes de verbas e contingenciamento de recursos na educação.

Então, como concepção, a proposta de Educação Integral passou a ser pouco empreendida por agentes envolvidos no processo formativo das crianças, jovens e adultos do nosso país. E a escola, então, tornou-se instituição referenciada como sendo a responsável direta em propor e executar diversas experiências educativas dentro e fora dela, de forma intencional e clara conforme as ideologias adotadas. Neste sentido, vale aqui destacar algumas ações e experiências educacionais, apontadas também por Cardoso e Oliveira (2019), foram elas:

- A Criação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, criado a partir dos ideais inovadores de Anízio Teixeira, que defendia a escola em tempo integral focada na formação integral e as atividades curriculares eram divididas em atividades Básicas, denominadas escolas-classe. E no contraturno eram desenvolvidas atividades socioeducativas, as chamadas escolas-parque.
- A criação do Centro Educacional Elementar-CEE, criado no governo de Juscelino Kubstchek que desenvolvia uma educação baseada também nos ideais de Anízio Teixeira, desenvolvendo então, atividades artísticas culturais e profissionais.
- A criação do Ginásio Vocacional na década de 1960 que atendia em tempo integral alunos da classe média abaixo com atividades diversificadas. Projeto interrompido pela Ditadura.
- A Criação do Centro Integrado de Educação pública - Os CIEPS, idealizado por Dacy Ribeiro e instalado no rio de Janeiro, em 1980, seguindo os ideais de Anízio Teixeira, este oferecia ensino público em período integral desenvolvendo atividades curriculares e extra curriculares.
- A criação do Programa de Formação Integral da Criança (Profic), desenvolvido pela secretaria de Educação do Estado São Paulo em parceria com as prefeituras, onde as crianças eram atendidas em período integral, no turno regular era ofertadas as aulas do currículo escolar e no contraturno eram oferecidas atividades diversas fora da escola através de entidades conveniadas.

Portanto, o estudo sobre as ações e experiências de implantação de Educação Integral acima citadas, nos serviu de subsídios para melhor entendê-la como sendo um processo que ao longo da história foi implementado a partir da intencionalidade apenas de alguns governantes e por isso sofreu enfraquecimento financeiro, estrutural e de gestão sobre pena de não haver uma continuidade dessas ações e programas. Ao que parece até então a Educação Integral vem sendo aplicada como Política de Governos e não como Política Pública de Estado, o que tem vindo a mudar nos últimos anos.

Neste contexto, podemos verificar que o Brasil, não tem conseguido ainda implantar a política de Educação Integral em tempo Integral, de maneira efetiva e satisfatória. Pois, vemos que a forma com que se trata e lida com esse assunto ainda acontece de maneira muito fragmentada e deficitária ainda através de programas, os quais não atendem as demandas existentes nas escolas públicas do Brasil. a fragmentação e a falta de coesão entre essas políticas é uma marca, inclusive, que caracteriza o assim chamado sistema educacional brasileiro, conforme analisa Saviani (2008).

O debate em torno da educação integral e em tempo integral tem se intensificado no Brasil nas últimas décadas, especialmente, a partir da implementação do Programa Mais Educação, retomado a nível nacional em 2007, este criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, o qual trata-se de uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e

adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. as principais finalidades são:

- I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
- II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
- III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular.
- IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

Logo de início, a proposta do Programa Mais Educação, se mostra passível de questionamentos e críticas. A começar pelos objetivos os quais visam prioritariamente ampliar os estudos na área de Português e Matemática e conseqüentemente melhorar o coeficiente de nota nas avaliações internas e externas. E para justificar tal fragilidades, verifica-se que ele determina a ampliação da jornada pedagógica, mas em hipótese alguma trata da concepção de educação Integral, como forma de considerar o homem em suas especificidades a fim de contemplar o todo. O programa não determinou ações objetivas e efetivas, voltadas para o desenvolvimento de uma educação integradora. Conforme Cardoso e Oliveira (2022), nos esclarece.

Há que se apontar a existência de uma polissemia de conceitos, perspectivas e práticas acerca da educação integral, o que evidencia esse campo como um território de disputas, seja pelas propostas governamentais de ampliação da jornada diária escolar, visando à indução à educação integral, seja pelas reflexões de pesquisadores que se dedicam ao estudo da temática o Programa Mais Educação. (Cardoso e Oliveira, 2022 p.8)

Outra questão nos parece fundamental ao discutirmos o tema da educação integral no Brasil. trata-se da ideia de território educativo e de intersectorialidade, que foram e são pilares dessa política educacional. Dessa forma, a ideia de território educativo está diretamente articulada com a educação integral (Silva e Silva, 2013), pois ela trata da ampliação das fronteiras do processo de educação dos jovens brasileiros, assim com uma ampliação no tempo e no espaço da formação básica, considerando as culturas e os diferentes territórios educativos de origem dos estudantes, assim como territórios dispostos pela “cidade”, como teatro, praças, instituições, etc.

Fica clara a inspiração urbana das grandes cidades no projeto de ampliação das jornadas escolares no Brasil, o que resultou em distorções regionais variadas em todo o território nacional ao longo dos anos. A ideia de intersectorialidade vincula diferentes setores como saúde, animação sócio-cultural, educação, políticas de inserção no mundo do trabalho para dar conta de um assim chamado projeto multimodal. Desta forma, várias políticas fragmentadas e todas

parciais em funcionamento e financiamento chegam à escola, sobrecarregando a escola de funções e atribuições sociais que nem sempre foram consideradas suas.

Autores como Algebaile (2009) tem demonstrado como a escola tem funcionado nas últimas décadas ainda mais como uma caixa de coalisão de diferentes demandas sociais e um ponto de articulação entre políticas de assistência social (representadas sobretudo pelo programa Bolsa- Família) com a educação e a elevação de seus índices nacionais e internacionais.

Com a ampliação da jornada escolar e o progressivo rebaixamento do currículo, a escola vai assumindo o tom de disciplinamento da pobreza, onde os jovens passam um período da vida cada vez mais alargado.

Diante dessa contatação, passamos então a propor uma importante reflexão, sobre o fato de que, embora uma escola funcione em tempo Integral, nem sempre ela terá condições de efetivar a Educação Integral. Visto que ela na maioria das vezes não conta com todos os elementos relevantes desse campo de construção integral, dos saberes, do currículo e da aprendizagem, tais como; relação escola – comunidade; tempos e espaços na Educação Integral; poder público e financiamentos; formação de educadores; e participação das redes sócio-educativas.

Para melhor nos aprofundarmos nesta abordagem, temos como referencial uma importante observação feita por Cardoso e Oliveira (2020), em relação a três tipos de caracterização da Educação Integral que pode ser feita na contemporaneidade: a de promover a proteção integral a crianças e adolescentes; a de educação integral a partir da oferta de um currículo integrado; e a de educação integral associada ao tempo integral, isto é, à ampliação do tempo em que o aluno permanece na escola realizando atividades diversas, envolvendo múltiplas dimensões de formação do sujeito, aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais.

Portanto, a partir da nossa prática docente na escola integral da Paraíba, vemos que é difícil se ter até mesmo uma caracterização clara do modelo de educação integral que vem sendo desenvolvida dentro das escolas integrais, visto que no contexto da jornada de trabalho ampliada, muitas atribuições estão sendo dadas principalmente ao professor, e essas demandas que surgem para o profissional da educação, na maioria das vezes não são possíveis de serem atendidas de maneira eficientes por falta de condições mínimas de infraestrutura para poder se quer dar boas condições em termos de: infraestrutura adequada para alunos e professores; disponibilidade de material didático; capacitação e valorização dos profissionais. Dessa forma, o espaço escolar torna-se muitas vezes um ambiente pouco propício para empreender uma



educação Integral, em termos de atender o educando em todas as suas dimensões sociocultural e socioemocionais.

A precariedade do modelo faz com que muitos alunos venham demonstrando a falta de interesse pelos estudos, pois presenciamos na prática que embora estejam confinados o dia todo nas escolas de tempo integral, muitos deles tem demonstrado resistência a participar das ações pedagógicas, problema este que se configura como sendo um dos mais desafiadores nos dias atuais.

Neste cenário, vemos que de maneira geral há ainda um percurso muito desafiador a ser percorrido, até tornar o conceitual em realidade com excelência. Conforme referencia Secad/MEC, (2009)

Essa multiplicidade de funções que se atribui à escola hoje representa, de fato, um grande desafio – essa instituição se vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também acerca dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la. (Secad/MEC, (2009)

Para isso, devemos avançar cada vez mais nessa discussão, tomando por base, os documentos oficiais que regem à Educação Integral brasileira, a fim de encontrar caminhos que favoreça a sua aplicabilidade levando em consideração o contexto de cada instituição, conforme seu plano de gestão e de financiamentos de recursos, de tal modo que, possamos questioná-los e propor melhorias. Entendemos que a proposta de educação, pensada a partir do chão da escola, se tornará bem mais viável de ser executada.

Esta é uma orientação já feita pelo Ministério da Educação – MEC através do Guia para a elaboração da Política de Educação em Tempo Integral - Março de 2024;

São muitos e significativos os desafios impostos pela ampliação da jornada escolar em tempo integral. Para que a estratégia esteja a serviço da qualidade de processos e resultados e equidade em seu alcance, é preciso contar com um planejamento robusto. É preciso elaborar ou atualizar Política específica, a ser construída de forma participativa e com base em dados e características de cada local ou região. Faz-se também importante que o processo de elaboração da Política se utilize de ferramentas do campo das Políticas públicas e gestão pública.

Porém, um ponto acima referenciado que logo nos chama a atenção é a proposta de política participativa, levando em consideração a realidade local da região, visto que ela não acontece de maneira efetiva. Pois, na prática de sala de aula percebemos que de maneira geral as propostas chegam até as instituições educadoras como sendo uma imposição. Isso por que as matrizes de orientações gestoras e pedagógicas colocadas nas escolas, elas trazem em sua proposta de execução manuais prontos que devem ser seguidos à risca, sob pena de que a escola

que não consiga cumprir determinada meta é passível de notificação, a qual se dar sempre em forma de reclamação e nunca de orientação.

Desse modo, a culpabilização do fracasso escolar (Freitas, 2012) tem recaído sempre sobre a escola e seus membros, e nunca compartilhada com quem gerencia os recursos e a elaboração das propostas, muitas delas elaboradas de forma que tornam-se inviáveis, que são as secretarias de educação municipais, estaduais em consonância com o governo federal. Então, se faz necessário insistir nessa concepção de que os desafios da Implantação da Política de educação Integral devem ser tratados a partir do chão da escola e para isso, deve ser desenvolvida de forma diversificada e participativa e não sob orientação de um manual instrucional com determinações prescritas, que chega de fora para dentro.

A matriz de referência das escolas integrais da Paraíba, a qual nos apresenta um modelo pronto, sobre o qual nem sempre há possibilidade de adaptação, tendo em vista que se cobra um modelo de relatório, dentro de padrões avaliativos já pré-definidos, a exemplo dos famosos GPS de monitoramento que é exigida nas disciplinas da parte diversificada.

Para melhor compreender tais questões vale destacar a importância de se investigar e verificar qual a concepção está sendo priorizada de fato por nossas escolas integrais públicas brasileiras, para isso devemos considerar Cavaliere(2007) que classifica quatro tipos de escolas: **a assistencialista**, que visa amparar os menos favorecidos, assumindo o papel da família e do Estado; a **autoritária**, que cumpre papel de proteger as crianças e jovens da violência visando apenas ocupar o tempo do indivíduo no contraturno, evitando que ele permaneça em situação de vulnerabilidade nas ruas; **a democrática e ou a concepção multissetorial** de educação integral que considera que o tempo integral não precisa estar centralizado em uma instituição escolar, pois a educação pode e deve se fazer também fora da escola, não sendo, assim, necessária a estruturação de uma escola de horário integral.

Segundo, Cardoso e Oliveira (2020), “a maioria das experiências em tempo integral materializadas na escola brasileira esteve centrada na concepção multissetorial”. Tendo em vista que os entes federados, tendo consciência das fragilidades principalmente de equipamentos e de qualificação profissional tem buscado, firmar parceria com outros segmentos que possam dar um suporte assistencial e de acolhimento dos alunos no segundo turno.

## 2.2 MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Por fim, para tratarmos da Educação Integral em tempo integral, prioritariamente trazemos como eixo central, a discussão acerca do papel do Estado e da sociedade enquanto responsáveis por garantir as crianças e jovens o direito à uma educação de qualidade, conforme orientação de leis constantes em documentos oficiais que definem a política de educação brasileira. Nestes termos, temos como marco inicial, a constituição de 1988, a qual em seu artigo 205, determina que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Constituição Federal, 1988, art,205).

Assim, vemos que a Constituição Federal já contempla de forma ampla e clara a concepção de Educação integral, no que se refere ao seu principal objetivo, que é promover o desenvolvimento integral do indivíduo em todas as suas dimensões; intelectual, físico, emocional, social e cultural. Como garantia de uma educação completa do sujeito, a constituição ainda instituiu princípios para a educação escolar, entre eles o da garantia de padrão de qualidade que está previsto em seu artigo 206.

Visando a promover uma educação de qualidade os órgãos federativos através de leis, tem ao longo do tempo propostos mudanças para o processo de escolarização do Brasil. A exemplo, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei Nº 9394/96, que prevê em seu artigo 1º que “a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Neste sentido, a LDB vem sendo alterada em inumeros aspectos, entre eles o de considerar a carga horária e a jornada diária do estudante na escola Art. 34. “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.” Deste modo, entende-se que esta é também um dos principais elementos apontados como importante para a melhoria das condições de aprendizagem e da qualidade da nossa educação contemporânea.

Neste sentido, vimos que a partir da LDB, outros Projetos de Lei e programaas foram também istituídos, tais como; a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, criado pelo Governo Federal que dispõe sobre o Programa Escola em Tempo Integral, no qual é previsto, apoio financeiro e técnico as escolas para induzir o aumento no número de matrículas em tempo integral na educação básica , com o objetivo de alcançar a Meta 6 do Plano Nacional de

Educação - PNE - 2014-2024, que estabelece, o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas com oferta de educação em tempo integral, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da Educação Básica.

Entretanto, vale aqui ressaltar que embora o programa Escola em Tempo Integral do PNE faça referência a uma formação integral de qualidade, ampliando e diversificando oportunidades educativas, socioemocionais, culturais, artísticas, científicas, tecnológicas e esportivas. Ele carece de um monitoramento e uma avaliação que contemplem uma ampla investigação acerca da qualidade da educação, com vista a propiciar para os alunos uma educação de Integral de fato.

Ao analisarmos os boletins de monitoramento 2023 – 2024, disponibilizados na página do MEC, percebemos que estes priorizam a avaliação apenas de dados referentes ao número de matrículas registradas em jornada diária de sete horas ou mais. E ao que se percebe, há uma preocupação exclusiva em cumprir metas, quanto ao número de escolas com ampliação da jornada pedagógica, em detrimento da Educação Integral, compreendida em seu sentido mais amplo.

Nem sempre os dados oficiais não dão conta de verificar se os projetos pedagógicos das escolas que oferecem jornadas estendidas e atividades complementares estão alinhados com o conceito de Educação Integral conforme pressupões as suas próprias determinações abaixo descritas:

- I – que sejam assegurados os direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral;
- II – prevenção às violências;
- III – promoção de direitos sociais, direitos humanos e da natureza;
- IV – fomento à ciência, às tecnologias, às artes, às culturas e aos saberes de diferentes matrizes étnicas e culturais, ao esporte e ao lazer;
- V – fortalecimento da convivência democrática e de um ambiente socioambiental pacífico, saudável e inclusivo.

Conforme podemos conferir acima, trata-se de um projeto muito abrangente, sobre o qual se faz necessário, se ter um olhar também muito amplo, a fim de instituir, estudos e pesquisa nas quais principalmente os atores, que estão na base de aplicação, desenvolvimento e sustentação, da política de Educação Integral sejam ouvidos, e assim tenham a oportunidade, de falar dos problemas reais, das dificuldades, e lançar suas propostas de melhorias. Compreendemos que é preciso ultrapassar a camada superficial dessa temática achando que um processo de avaliação fragmentado, evidenciando apenas um aspecto, de cumprimento de metas referentes a aumento do número de escolas funcionando em tempo Integral dá conta de uma demanda tão ampla e tão complexa, que é a Educação Integral.

### 3 ANÁLISE DE DADOS

Esta seção trata da análise dos dados da pesquisa e, para tanto está organizada de modo a atender aos objetivos específicos do trabalho. Levantamos dados junto aos professores (as), e coordenadoras da Escola Estadual do município de Parari-PB, acerca da implementação do modelo de oferta escolarizada integral, tomando em conta os aspectos infraestruturais e a organização do trabalho pedagógico.

Anteriormente, na seção teórica, realizamos uma discussão geral sobre a Educação Integral no Brasil, levantando os seus principais elementos teóricos e também os principais marcos legais que embasam esse modelo educativo. Aqui, partimos para um confronto entre essas discussões já estabelecidas pela literatura com os dados da realidade concreta do município de Parari-PB.

Para um melhor entendimento da análise dos dados, é importante assinalar que a ordem das perguntas feitas no questionário aplicado aos professores, coordenadora pedagógica e coordenadora financeira, diz respeito aos dois aspectos do tratamento dos dados já mencionados, quais sejam a infraestrutura e a organização do trabalho pedagógico na escola. Todos que participaram do trabalho de coleta de dados foram identificados como P1 (participante 1), P2 (participante 2), P3 (participante 3), P4 (participante 4), P5 (participante 5).

Desta forma, as cinco primeiras questões trataram da infraestrutura da escola e foi colocada nos seguintes termos: “**QUESTÃO 01** - Como você avalia as condições de infraestrutura da escola? Está adequado para atender as demandas do modelo de ensino integral? Quais os impactos disso?”. Vejamos o que dizem os respondentes:

**P1:** A escola possui uma boa estrutura. Porém, ainda não é adequada às demandas de uma escola integral. Acaba dessa forma, gerando impactos negativos, tendo em vista que os estudantes ficam o dia inteiro na escola, sem um lugar para descanso, nem que possam tomar banho. Além do mais, há dias em que a alimentação não é suficiente para atender às necessidades dos estudantes. Com relação às salas de aula, não dispõem de ventiladores. nesse, nessa região, nesse tempo na nossa região. Para os professores também não há um espaço adequado para que possam planejar suas aulas com tranquilidade e nem que possam descansar.

**P2:** A Avaliação é precária e não atende a necessidade de um ensino integral os impactos são negativos no sentido de uma relação interpessoal fragilizada.

**P3:** As condições da escola não estão boas, necessita de reforma elétrica para climatização, refeitório banheiro com estrutura para banho, pois os alunos reclamam bastante que não podem tomar banho já que passam o dia todo na escola.

**P4-** Avalio como insuficiente não atende em sua totalidade as demandas do modelo integral. Recursos insuficientes, estrutura escolar necessitando de melhorias como reforma elétrica, climatização, espaço melhor para alimentação, mais amplo,

banheiros adequados, haja visto que a escola imaginada há 12 anos e no tempo não se pensava em ensino integral.

**P5- 1** – Sabemos que o espaço físico de uma escola influencia e muito dentro do processo de aprendizagem, pois se ele propicia tanto ao aluno, quanto ao professor, um ambiente acolhedor, isso contribui positivamente para uma educação cada vez melhor. Sendo assim, considero a infraestrutura da nossa escola necessitando de espaços mais adequados, principalmente dentro do modelo integral, visto que os alunos passam o dia na escola. Não dispõe de refeitório, as salas não são climatizadas, mesmo tendo os aparelhos de ar-condicionados a quase um ano guardados em uma sala e os responsáveis não instalam. Não temos também um laboratório de informática, justamente nessa era digital e espaços adequados para os alunos descansarem nos intervalos ou até mesmo tomarem banho.

As respostas apontam, de modo mais geral, para uma caracterização da estrutura escolar como insuficiente, mas com a ressalva de que essa insuficiência diz respeito ao atendimento estrutural à transição para o modelo integral. P1 (além de outros) afirma, por exemplo, que a escola tem uma boa estrutura, mas não adequada ao novo modelo de oferta escolar integral.

Apenas P4 trata diretamente dos recursos financeiros da escola, mas nada menciona de maneira pormenorizada sobre a gestão dos recursos da escola, apenas se remete a estes como insuficientes. Os outros mencionam questões que derivam da ausência de uma boa infraestrutura e que possuem desdobramentos diversos no cotidiano escolar, como o desenvolvimento das relações interpessoais (fala de **P2**) são eles: o fato dos estudantes ficarem o dia todo na escola com estrutura insuficiente sem descanso, não haver banheiros disponíveis para os estudantes tomarem banho (o que é reiterado por dois participantes) e a alimentação insuficiente.

Da fala dos professores vão surgindo questões que apontam carências na infraestrutura da escola e que, de maneira imediata, desperta neles o desejo de propor alterações, como uma reforma elétrica no prédio escolar, climatização nas salas de aula, construção do refeitório, instalação de ar-condicionados e laboratórios de informática. Destacamos o fato de que, existem problemas operacionais do empenho dos recursos materiais da escola, dado que os ar-condicionados existem, mas não foram instalados (fala de **P5**).

Tudo isso corrobora com a impressão de que não houve uma transição infraestrutural da escola para a oferta escolarizada em tempo integral, o que é demonstrado na fala de **P4**, quando afirma que o projeto do prédio foi pensado como tal há 12 anos.

Como afirma **P5**, “o espaço físico de uma escola influencia e muito dentro do processo de aprendizagem, pois se ele propicia tanto ao aluno, quanto ao professor, um ambiente acolhedor, isso contribui positivamente para uma educação cada vez melhor”. Desta maneira, a estrutura nunca é uma questão que permanece apenas em si mesma, senão nos desdobramentos das vivências cotidianas na

escola, aparece sempre determinando as vivências escolares, a construção do conhecimento e a participação democrática no ambiente escolar.

Em busca de respostas sobre as possíveis mudanças no financiamento da escola em virtude da implementação do modelo integral, levantamos a seguinte questão: “**QUESTÃO 2** - Com a política de educação Integral houve mudança no financiamento para infraestrutura escolar?”. Essas foram as respostas que obtivemos:

**P1-** Bem, não sei muito a respeito dessa política de financiamento, mas pelo que eu vejo no cotidiano e pelos desafios que nós enfrentamos, creio que a mudança foi mínima.

**P2-** Não, apenas mudanças paliativas

**P3-** não houve mudança

**P4-** não. Como mencionado anteriormente a escola funcionava no modelo regular, desde sua imaginação e por volta de 3 anos atrás se tornou integral e ao longo desse tempo são feitas solicitações aos responsáveis para aos poucos as mudanças na infraestrutura ir acontecendo.

**P5-** Mesmo diante dessa política de implantação do ensino integral, pouco mudou, principalmente o espaço físico, passando apenas por algumas manutenções e que mesmo após, ainda ficaram alguns problemas.

De imediato, duas questões nos chamam atenção nas respostas dadas pelos professores à questão. A primeira é a relativa falta de conhecimento dos professores em relação à gestão dos recursos da escola e a segunda é, para aqueles que responderam de forma mais assertiva à questão, da ausência de mudanças significativas no plano da mobilização dos recursos financeiros com a implementação do modelo integral. São citadas “mudanças mínimas”, “mudanças paliativas”, reduzindo-se o conjunto de alterações apenas às operações de manutenção ordinária da escola.

**P1** afirma não ter conhecimento sobre a gestão dos recursos, antecipando um importante tema que foi trazido pela questão seguinte, a questão terceira, quando foi indagado: “**QUESTÃO 03** - Como a escola administra seus recursos financeiros e quem participa dessa execução orçamentária?” as respostas que obtivemos foram respectivamente:

**P1-** Nesse modelo de escola integral, quem cuida da parte financeira é o/a coordenador financeiro, juntamente com o/a gestor/a e o/a Presidente do Conselho escolar. São responsáveis por gerenciar os recursos financeiros.

**P2-** Os recursos são administrados pela gestão de forma isolada, não tenho acesso a execução.

**P3-** Através do conselho escolar, participa gestão, comunidade, professor, funcionário e aluno. um membro de cada.

P4- Por meio do conselho escolar, que inclui membros de toda comunidade, gestão, professor, aluno e funcionário.

P5- Quem participa dessa questão financeira é a CAF, juntamente com o conselho e confesso a você que não tenho conhecimento desse assunto.

A respeito da questão da participação dos sujeitos escolares na gestão e execução orçamentária da escola, constatamos através dos dados que o modelo de gestão dos recursos obedece ao esquema em que participam o coordenador financeiro, a gestora escolar e o presidente do conselho escolar. Destacamos que o conselho escolar é uma importante instância de democratização escolar que existe e que é funcional na escola.

Todavia, percebemos na fala de **P2** e de **P5**, que a participação nessa instância ocorre somente pelos representantes, não sendo tão aberta aos demais interessados, enquanto professores, pro exemplo. Outras falas demonstram ainda um relativo desconhecimento sobre a gestão dos recursos financeiros da escola, conforme pode ser verificado em **P5**.

A nossa vivência, assim como observações realizadas no campo de pesquisa evidenciaram que as propostas trazidas pela equipe formada por coordenadora financeira, gestora e presidência do conselho é continuamente submetida ao parecer dos integrantes do conselho escolar através de reunião documentada com ata-prestação de contas. A composição ocorreu por indicação e quase sempre, dado o nível de coesão entre as partes, as propostas são aprovadas.

Outro aspecto importante é o da prestação de contas ocorre mediante a apresentação por parte da direção escolar das verbas que entram na instituição, bem como de suas fontes e onde foram aplicadas sobretudo na merenda escolar). Não existe uma iniciativa geral de prestação de contas à comunidade de modo direto, mas através da representação da coordenadora financeira quando da reunião de pais.

Ainda com o interesse em compreender o contexto da gestão dos recursos da escola, indagamos aos participantes da pesquisa da seguinte maneira: “**QUESTÃO 04:** A escola realiza algum tipo de parceria com outras instituições que tenha impacto no financiamento?”.

Obtivemos as seguintes respostas:

**P1-** Financiamento com outras instituições de modo formal eu não tenho conhecimento. Sei que existe uma parceria muito boa com a Prefeitura Municipal e sempre que a escola precisa desenvolver alguma atividade que exija algum recurso financeiro, seja no chão da escola, aula de Campo ou qualquer outra viagem, a prefeitura sempre está solícita.

**P2-** Não, para viabilizar recursos não, apenas uma excelente relação boa com a prefeitura.

**P3-** Realizamos parcerias, mas sem impacto financeiro.



**P4-** não temos parcerias, mas não em caráter de financiamento somente por meio dos órgãos federal e estadual.

**P5-** A escola mantém uma boa parceria com a prefeitura municipal, agora nesse aspecto financeiro, não tenho domínio sobre.

Ao analisarmos as vivências da gestão escolar e as relações estabelecidas com a prefeitura, constatamos que existe uma relação de parceria, conforme descrito por P1, em que o trio gestor tem um acesso ao prefeito para solucionar questões pontuais que surgem no cotidiano escolar.

Esta relação se caracteriza como uma relação institucional, mas que não necessariamente conta com aportes de recursos por parte da prefeitura à escola. esta relação com a prefeitura fica evidenciada na fala de todos os sujeitos questionados, inclusive com todos eles ressaltando, para além da boa relação estabelecida, a ausência do emprego de recursos na parceria.

É importante termos conhecimento desse contexto, já que muitas escolas em todo o Brasil precisam fazer induções e parcerias diante do modelo integral, quase sempre contanto com formas alternativas de captação de recursos. No caso de Parari-PB, não existem projetos elaborados pela escola para fomentar recursos com outras instituições para empreender projetos escolares.

A última questão que trata sobre infraestrutura foi feita nos seguintes termos: “**QUESTÃO 5** - Quais os principais êxitos e desafios a nível da infraestrutura?”

**P1-** Em termos de infraestrutura, não visualizo nenhum grande feito.

**P2-** Estrutura ainda falta refeitório e uma instalação elétrica que comporte os arcondicionados.

**P3-** Até o momento só uma manutenção e o ginásio.

**P4-** Êxitos: ginásio que a escola não tinha, algumas manutenções realizadas, etc.  
Desafios: ampliação para salas de laboratórios, climatização, refeitório adequado, etc.

**P5-** Hoje, nosso principal êxito em se tratando de infraestrutura é o ginásio de esportes, que é um dos ambientes que os alunos mais gostam de estar, sendo um espaço amplo, mas que também já precisa de manutenção. Em se tratando de desafios, entendo que a parte da climatização, pois temos as máquinas de ar-condicionados guardadas a quase um ano e, no entanto, não instalaram ainda. Muitos dias o calor é insuportável e sofremos com isso, atrapalhando as aulas, inclusive.

A partir dos dados da questão, percebe-se que a escola em termos de êxito na infraestrutura, não obteve grandes feitos, conforme afirma **P1**. Segundo **P4 e P5**, apenas tiveram como conquista a construção do ginásio, porém **P3** fala que houve apenas manutenção do

ginásio, o que demonstra uma certa incoerência sobre esta conquista. Porém através do levantamento de dados sobre isto, ficou esclarecido que as obras do ginásio foram iniciadas num momento anterior a Implantação do Ensino Integral, mas só passou a funcionar a partir da implantação do novo modelo integral e como trata-se de uma obra de execução demorada, como acontece geralmente com as obras públicas, há esses dois entendimentos.

Em se tratando dos desafios, vimos que o mais urgente a ser superado é a questão da climatização das salas, pois foi citado por três dos participantes, **P2, P4 E P5**, problema este que persiste principalmente por um problema de gestão, a nível de gerência, visto que segundo **P5** diz “tem as máquinas de ares- condicionados guardadas a quase um ano na escola e, no entanto, não instalaram ainda” e ao que entende-se falta para isso condições apenas de instalações elétricas que comportem as máquinas, pois esta foi uma observação feita por **P2**.

Na opinião de **P2 e P4**, outro desafio enfrentado é a falta de refeitório, embora, não tenham acrescentado detalhes, sabemos através da vivência na escola que trata-se de uma questão bastante polêmica, principalmente por parte dos alunos, que para melhor acomodarem-se para comer, sempre reivindicam o direito de fazerem as refeições em sala de aula o que até então não lhes é permitido.

Ainda sobre desafios na infraestrutura, **P4** destaca a ampliação das salas de laboratório, mesmo ela não tendo acrescentado detalhes dessa questão, queremos aqui ressaltar a realidade dos laboratórios neste ano 2024, visto que estávamos presentes também no contexto da escola. Aqui destacamos que recentemente a escola recebeu um equipamento completo e sofisticado para a montagem do laboratório de ciências, porém esse material está exposto numa pequena sala sob uma estrutura de acomodação inadequada para os alunos. O laboratório de informática há anos instalado na escola, está em desuso, por falta de manutenção os computadores já obsoletos estão todos quebrados.

Assim, encerramos esta sessão, chamando a atenção para o fato de que não houve avanços significativos em termos de infraestrutura, pois a oferta da demanda da escola integral não se fez acompanhar de projetos e recursos financeiros para melhorias e ampliação na infraestrutura. Embora seja uma escola que apresente uma boa infraestrutura, conforme foi tratado anteriormente, ela ainda não está adequada ao modelo de Ensino Integral, o que se confirma nesta análise, a qual aponta para o fato de que falta condições mínimas e básicas para uma escola de tempo Integral, como; climatização, essencial para uma educandário localizado no semiárido paraibano de clima muito quente; um refeitório para que os alunos se alimentem de maneira confortável e a falta de laboratórios adequados que favoreça ao aluno condições de realizar pesquisas.

A transição para o modelo integral deixou de considerar uma questão fundamental, que é a adequação da infraestrutura para o bom funcionamento da escola e para o atendimento das demandas da jornada integral.

Além da infraestrutura, outro aspecto importante a ser analisado quando tratamos de gestão e funcionamento do Ensino Integral, no contexto de uma jornada ampliada é a questões referente ao trabalho pedagógico, no que diz respeito a concepção e a prática pedagógica desenvolvida na escola. E para isso começamos perguntando: “**QUESTÃO 06** - Com o novo ensino médio quais as principais mudanças na organização do trabalho pedagógicos da escola?” Obtivemos como respostas:

P1- O que foi novidade pra nós nessa questão do trabalho pedagógico é que há uma equipe, sendo que a coordenação pedagógica acaba sendo a mais notável. Depois, os coordenadores de área que fazem a mediação entre o coordenador pedagógico e os professores que estão na base. Então, todos os professores trabalham alinhados com seus coordenadores, que por sua vez, se alinham ao Coordenador pedagógico. Essa é a rotina.

P2- na minha opinião segue um modelo curricular que ainda está distante da realidade e da necessidade pedagógica.

P3- A diminuição da carga horária dos alunos da BNCC e os itinerários formativos, pois não houve formação para as escolas. E a redução da carga horária da BNCC prejudicou a aprendizagem dos alunos.

P4- organizar o quadro dos alunos com redução das disciplinas BNCC.

P5- O novo ensino médio trouxe vantagens e desvantagens, mais contras do que prós. A carga horária da BNCC vem sendo esquecida, mas as provas importantes a nível nacional, como o ENEM, por exemplo, cobram conteúdos de BNCC. Faltam formações pedagógicas, além do material didático sempre chegam atrasados, mas estão sempre cobrando do professor e nos colocando como culpados, quando muitas coisas dão erradas.

Através da fala dos participantes foi evidenciado dois tipos de mudança: A primeira citada por P1, que diz respeito a formação de uma equipe pedagógica que funciona ao que parece de forma hierarquizada, no que se refere ao alinhamento das propostas e das ações pedagógicas. Desse modo, em uma ponta está o coordenador pedagógico (CP) o qual demanda orientações pedagógicas; no meio dessa hierarquia estão os coordenadores de áreas (CA), que fazem a intermediação entre o CP e os professores que estão na outra ponta, do chão da sala de aula. Sobre isso não foi citado, nenhuma avaliação referente a pontos positivos e negativos, apenas foi evidenciado que nesta forma de interação a CP “acaba sendo mais evidenciada” **P1**. Diante disso subtende-se que os planejamentos de ações, não se dar de fato mediante uma relação tão democrática e recíproca em relação a propositura das ideias advindas dos professores e coordenadores de área.

A segunda mudança diz respeito a diminuição das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual foi avaliada de forma negativa por três dos participantes. **P3** afirma que diminuir essas disciplinas para incluir os Itinerários Formativos prejudicou muito a aprendizagem, o que revela também uma postura de desaprovação da Nova Reforma do Ensino Médio. Já **P5** justifica a sua crítica destacando que a BNCC vem sendo deixada de lado neste novo modelo, mas que o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, continua cobrando os conteúdos da BNCC. Ainda sobre essa desaprovação da mudança, **P4**, diz que é muito trabalhoso montar o quadro de aulas por conta dessa diminuição no número de aulas da BNCC, assim entende-se que trata-se de uma observação muito particular de quem faz parte diretamente da equipe pedagógica.

E por último destacamos mais uma percepção negativa, “na minha opinião segue um modelo curricular que ainda está distante da realidade e da necessidade pedagógica.” **P2**, evidenciando assim uma desaprovação geral em relação a nova proposta do currículo do Ensino Integral, inclusive a partir dessa fala podemos ver implicitamente uma certa acusação da ineficiência do currículo em se tratando das disciplinas diversificadas, contrariando a propagação midiática feita pela secretaria de Educação de que elas devem ser priorizadas, propagando a ideia de que as atividades sociointerativas exigidas no modelo de Escola Integral, favorecerá total melhoria para a educação.

Nesta perspectiva, achamos pertinente, trazer aqui na sequência já a abordagem da questão 08, pois também trata das observações feitas em relação a proposta do Novo Ensino Médio, sobre o qual indagamos: “**QUESTÃO 08** - Quais os principais impactos do novo ensino médio no currículo escolar?” as respostas que obtivemos foram:

P1- Eu vejo muitos impactos, de certa forma, negativos porque, a partir do momento em que houve a inclusão dessas disciplinas da base diversificada, gerou uma redução nas da BNCC, causando prejuízos para os estudantes, impedindo-os de aprenderem conteúdos necessários ao ENEM e para a vida. Além disso, em muitas escolas, as disciplinas diversificadas são ministradas por professores que apenas complementam sua carga horária, portanto, sem nenhum perfil para tal. Assim, os objetivos não são alcançados.

P2- os mais desastrosos possíveis, pois tiraram a carga horária de componentes curriculares importantes para adicionar aulas que ao meu ver não somam quase nada na vida acadêmica dos estudantes.

P3- Prejuízo na aprendizagem e desvalorização das disciplinas obrigatórias.

P4- Para mim, o maior impacto foi a diminuição das aulas das disciplinas da BNCC, que é a base de todo o ensino e de todas as avaliações existentes, é o primordial, então vejo como um retrocesso.

P5- Essa questão de colocar o aluno como protagonista, muitas vezes não dando limites a eles, sem impor regras, está causando uma distorção, pois eles estão entendendo que mandam no ambiente escolar e nós professores são submissos as vontades deles e sabemos que não pode ser assim, pois somos mediadores e buscamos contribuir com um futuro melhor para cada um deles e isso não é enfatizado, logo, entendem por protagonismo, fazer o que querem e ninguém pode parar isso.

A reforma do Novo Ensino Médio, foi avaliada de forma unânime como sendo bastante negativa, pois a maioria aponta que houve uma redução nas disciplinas clássicas aqui denominada por eles de BNCC, segundo os relatos isso não é nada bom. **P1**, destaca ser negativo pelo fato de se tratar de diminuição de conteúdos necessários para o ENEM. **P2**, afirma se tratar de algo desastroso, e ainda acrescenta que as aulas que não são obrigatórias da BNCC não somam nada para a vida acadêmica do aluno e neste sentido **P3**, também declara ser um prejuízo para a aprendizagem. **P4** avalia como sendo um retrocesso, visto as disciplinas da BNCC serem base para todas as avaliações. Por fim **P5**, faz uma crítica em relação a ideia de protagonismo, segundo ele está sendo empreendida de forma errada, pois os alunos não reconhecem limites a ponto de querer tirar a autoridade do professor.

É importante que façamos algumas delimitações. A primeira é a de que o modelo integral tem vindo a concretizar uma ampliação do tempo, paralela a uma diminuição do currículo. Uma diminuição das chamadas disciplinas clássicas, as disciplinas científicas que antes predominavam no currículo escolar. Ocupam o lugar dessas disciplinas, as chamadas atividades sociointerativas, as disciplinas eletivas e outras iniciativas pedagógicas que envolvam projetos de vida e atividades gerais de integração entre os estudantes.

A segunda delimitação necessária é a de que a BNCC já antes representava uma diminuição do peso das disciplinas científica no currículo. Essa diminuição foi ainda mais aprofundada com a implementação da oferta flexível em jornada integral, o que faz com que muitos professores “defendam” a BNCC.

Por fim, é necessário acentuar o descompasso entre as orientações oficiais e as demandas e sinalizações práticas dos professores que ensinam na escola, dado que o modelo é considerado frágil e insuficiente, inclusive na organização da carga horária das disciplinas.

Toda essa negatividade apresentada em relação ao Novo Ensino Médio, nos leva a identificação de uma situação problema: por que insistir com essa proposta? E a resposta é bem simples, por que é algo que é imposto pela política de educação, a qual muitas vezes é pensada sem levar em consideração as realidades adversas existentes nas escolas para que essa proposta seja aplicada, restando ao professor apenas aplicá-la, de forma engendrada.

Assim, nos perguntamos: será que, para além da declarada precariedade curricular levada a cabo com as disciplinas consideradas inúteis pelos professores, as condições

pedagógicas de sua implementação também não contribuem para que elas sejam afetadas de maneira ainda pior?

A proposta não corresponde à realidade do sistema educacional de jovens que aspiram a uma formação de qualidade e uma entrada mais segura no mundo do trabalho. Tenta-se a todo custo que transferir responsabilidades do Estado para a escola, de modo que o tem tornado a escola sobrecarregada e fragilizada por não conseguir dar conta de todas as atribuições que lhes são exigidas, para além do desenvolvimento intelectual. Assim, visualizamos que há urgência para se ampliar esse discurso, como forma de dirimir algumas situações problemáticas e repensar melhor esse sistema de educação integral.

Seguindo nessa perspectiva de compreender de maneira ampla os aspectos do trabalho pedagógico empreendido na escola, buscamos tratar também do planejamento, o qual é muito importante para que o processo de ensino aprendizagem seja desenvolvido de maneira eficaz. Então perguntamos na **QUESTÃO 07** – “Como acontece a dinâmica de planejamento pedagógico na escola envolvendo gestores, professores e coordenadores? E como você avalia?”. Seguem as respostas:

P1- A dinâmica de planejamento obedece a uma escala pré-estabelecida pela Secretaria de Educação. Então, na segunda-feira há o planejamento entre coordenação pedagógica e coordenadores de área. O coordenador repassa toda a demanda e tudo o que precisa ser repassado para os demais professores; na terça-feira, é o dia destinado ao planejamento dos professores da área de exatas com seu coordenador de área e assim por diante. Na quinta-feira, o planejamento dos professores da área de linguagens e na sexta, de Humanas. Nesses dias de planejamento, os coordenadores de área repassam a pauta da reunião com o coordenador pedagógico e, em seguida, podem ser feitos estudos e planejamentos de ações individuais ou interdisciplinares.

P2- Acontece sempre no início de cada semestre e avalio que é apenas um momento para replicar o que é determinado pela S.E.E.D.

P3- Planejamentos semanais.

P4- Quanto ao planejamento de maneira geral no início do ano letivo e outro no 2º semestre. Sendo que semanalmente há entre as áreas, como também com a coordenadora pedagógica para alinhamento de todas as atividades e/ou ações a desenvolver. Como também, nas necessidades maiores ao longo do bimestre, ocorre com todos. Avalio como positivo para todo bom êxito é necessário planejamento e mesmo com uma carga horária externa, ter esse dia para dar esse suporte é algo bem positivo.

P5- A dinâmica de planejamento sinceramente é algo necessário, no entanto, muito se tem a pensar sobre. A escola precisa se unir, para alcançar bons resultados, mas infelizmente a maioria dos professores de nossa escola não concordam com o atual modelo de gestão, pois muitas vezes somos esquecidos e não levados em consideração, há não ser, quando o "sapato aperta", aí lembram da gente. Logo, precisa ser repensado tudo isso.

Foram destacados dois tipos de planejamento: O mais evidenciado, por três dos participantes foi o que acontece semanalmente, sobre o qual, **P1** e **P4**, evidenciam ser determinado o dia em que cada área deve se reunir para planejar, bem como o dia da reunião dos coordenadores de áreas com o coordenador pedagógico, como forma de alinhar as propostas entre professor e coordenadores. Sobre isso **P1** evidencia tratar-se de uma dinâmica que obedece a uma escala pré-estabelecida pela Secretaria de Educação, o que significa dizer que eles devem seguir à risca as determinações que lhes são impostas.

Apenas dois participantes citaram outro tipo de planejamento o que acontece semestralmente, sobre o qual **P2**, destacou que ele se dar apenas como forma de replicação do que é determinado pela secretária. Evidenciando novamente um certo tipo de imposição de conteúdos e de didática, por parte da secretária. **P4** apenas cita esse tipo de planejamento, mas não acrescenta detalhes, o que demonstra esse tipo semestral não ser visto com tanta importância como o planejamento semanal, que foi abordado de forma mais ampla, talvez por tratar-se de uma nova proposta do modelo integral.

Em termos de avaliação sobre as ações de planejamento, **P4**, fez uma avaliação apontando ser algo necessário e bastante positivo. Neste sentido, **P5** afirma tratar-se de algo que precisa ser repensado, tendo em vista que muitos, não concordam com esse modelo de gestão, isso porque segundo ele os professores, nem sempre são levados em consideração, evidenciando uma fraqueza do planejamento pedagógico e levantando uma importante questão de por que ele receba críticas.

Assim como o planejamento é parte fundamental no processo de educação, a formação continuada é algo imprescindível para que o professor mediante apropriação de novos conhecimentos, para repensar a sua prática, com vista a se tornar cada vez mais consequente e significativa. Assim, nos propomos a de forma investigativa perguntar “**QUESTÃO 09** - Como você avalia a oferta de formação continuada para os professores da rede e quais os impactos na prática pedagógica no contexto da escola integral?” As respostas foram:

P1- Formação continuada mesmo, nós tivemos bastante logo que a escola tornou-se integral. Agora acontece de forma esporádica. A formação continuada que houve foi voltada aos professores de Português para a prática da produção de texto de texto, que foi o Programa Desafio Nota 1000 o qual trouxe resultados muito satisfatórios para nossos estudantes que se destacaram nas redações semanais.

P2- A formação é descontinuada, pois não atende a demanda e quase não acontece.

P3- A rede disponibiliza poucas formações e a realidade escolar integral é muito cansativa, a obrigatoriedade de passar o dia inteiro nos impossibilita de realizar formações, pois não dá tempo por que só temos a noite disponível e também precisamos dar atenção a família. “Temos uma vida fora da escola.”

P4- Limitada. A carga horária é alta e o tempo disponível se torna insuficiente

P5- Começo respondendo sua pergunta, fazendo outra. Que formação? Pois até agora, tive apenas uma formação de uma determinada disciplina da base diversificada. Muito se é cobrado, por parte do sistema, mas muito pouco é ofertado. Isso tem um impacto negativo muito grande, inclusive na valorização do professor dentro desse processo de ensino.

Através dos depoimentos, vemos que a formação continuada pouco acontece ou melhor é quase inexistente. De acordo com **P1**, apenas na implantação do modelo Integral eles tiveram formação continuada, mas que agora acontece de maneira esporádica, apenas para determinada área outras não, no caso só os professores de Língua Portuguesa tiveram formação continuada através do programa Desafio Nota Mil. Esta realidade se confirma também através da fala dos demais; **P5**, que diz que teve apenas uma formação da base diversificada, o que significa dizer que na sua área de atuação e não houve, **P3**, diz tratar-se de uma ação limitada, assim como confirma **P4**, quando afirma que são poucas as formações pois devido a sobrecarga não sobra tempo para realização de formação continuada.

Neste sentido, **P2** diz haver uma “formação descontinuada”, por que não atende a demanda e quase não acontece. E assim revela-se na fala de todos os participantes uma crítica em relação essa realidade eventual de realização de ações formativas continuadas e neste sentido, **P5**, conclui dizendo que o sistema cobra muito do professor e pouco a ele oferece em termos de capacitação, de modo que impacta negativamente na desvalorização dos mesmos.

Crítica essa bastante pertinente, tendo em vista que o processo de Educação Integral, coloca para o professor diversas outras atribuições que não dizem respeito apenas a sua área de atuação e assim em muitos casos o docente se ver limitado para atuar, devido a falta de formação contínua que favoreça a ele possibilidades de atualização constantemente de sua prática, visto que a educação integral é um processo e não uma atividade estática.

Para maior mobilização de conceito e de reflexão acerca das questões inerentes ao ensino Integral perguntamos ainda sobre **QUESTÃO 10**- Quais os desafios, os limites e possibilidades para o desenvolvimento da prática docentes no Ensino Integral?

P1- Na minha concepção, o modelo de escola integral é um modelo muito bonito, mas que não se adequa a nossa realidade. São desafios que vão além da infraestrutura. Nós temos em nossa escola um bom número de alunos da zona rural e que gostam da vivência diária que a roça proporciona. Logo, estando na escola o dia inteiro, se veem limitados e forçados a uma realidade em que eles não encontram nenhuma motivação e acabam se evadindo. Tudo isso, somado ao cansaço, formam entraves para nós docentes é muito difícil ter que lidar, mesmo em meio as várias estratégias que buscamos através dos recursos digitais.

P2- O horário que nos obrigam a sermos professores integrais, porém desenvolvimento ainda estamos distantes, espero que seja ofertado mais



oportunidades de formação continuada e incentivo para seguir buscando a especialização, mestrado e quem sabe doutorado.

P3- temos vários, porém considero o maior, a obrigatoriedade de permanecer na escola o dia todo e professor lecionar disciplina que não é da sua formação.

P4- Carga horária extensa, uso do celular em excesso pelos alunos, que atrapalha o desenvolvimento da prática docente, ambiente climatizado, o desafio da desvalorização do ensino e dos profissionais.

P5- Trabalhar em um ambiente desafiador, sem climatização adequada, merenda insuficiente para os alunos, sem espaço de atividades de lazer adequado, sem materiais pedagógicos suficientes, pois nós quando trabalhamos com atividades que exigem materiais manipuláveis, muitas das vezes temos que comprar, dentre outras questões. Fazer educação em um ambiente muitas vezes desfavorável, não é fácil, principalmente quando a maioria dos alunos não veem os estudos como prioridades, mas como um atropelo na vida deles e estão na escola por obrigação. Pior de tudo, somos cobrados a resolver esses tipos de problemas e muitos outros. No entanto, o tempo pode ser um aliado, pois se realmente dedicado as atividades pedagógicas, os alunos teriam êxito bem maior em suas atividades, mas, a maioria se sentem entediados por terem que "passar" o dia na escola.

As respostas de todos os participantes destacam situações problema que conseqüentemente limitam a prática docente. A questão da jornada ampliada foi um problema apontado pela maioria e neste sentido **P4** afirma tratar-se de uma carga horária extensa, e como já sabemos através da prática, esta é uma realidade que coloca o profissional muitas das vezes nos seus limites.

Um outro problema bastante destacado é o fato de que os alunos não aceitem de bom grado essa proposta de Ensino Integral. **P1** afirma: “temos em nossa escola um bom número de alunos da zona rural e que gostam da vivência diária que a roça proporciona. Logo, estando na escola o dia inteiro, se veem limitados e forçados a uma realidade na qual eles não encontram nenhuma motivação.” Esta situação também apontada por outro participante como sendo uma realidade não só dos alunos da zona rural, mas de maneira geral com todos os estudantes, “os alunos não veem os estudos como prioridades, mas como um atropelo na vida deles e estão na escola por obrigação.” (**P5**).

E os apontamentos de problemas, limites para prática docente dos pesquisados não pararam por aí. Foram destacados vários outros como: falta de climatização; merenda insuficiente; lecionar em disciplina que não é da sua formação; falta de materiais didáticos e o professor precisa comprar e a falta de valorização do professor. Assim inferimos que a escola apresenta várias situações adversas para que se possa empreender um bom desenvolvimento das praticas docentes no contexto Integral e esta é uma realidade enfatizada por **P2**, quando afirma que “porém, desenvolvimentos ainda estamos distantes”

E esta é uma perspectiva tratada de forma mais ampla, por **P1**, quando afirma “Na minha concepção, o modelo de escola integral é um modelo muito bonito, mas que não se adequa a nossa realidade.” Se não se adequa, provavelmente não gera bom desenvolvimento, principalmente em termos de melhoria da aprendizagem dos alunos e satisfação dos profissionais de maneira geral. E assim revela-se uma realidade na qual os professores estão diariamente imersos num contexto de desafios, e isso fica explícito na qual fala de **P1**; “Tudo isso, somado ao cansaço, formam entraves para nós docentes, é muito difícil ter que lidar, mesmo em meio as várias estratégias que buscamos através dos recursos digitais.”

Portanto, como vimos são muitos os desafios que surgem a partir da jornada ampliada do Ensino Integral. E assim sendo, cabe a nós pesquisadores propor uma reflexão acerca de que, não é pelo simples fato deste modelo estar sendo apresentado como um modelo inovador que ele por si só vai dar conta das demandas da educação contemporânea. É preciso primeiramente considerar a realidade de infraestrutura e pedagógica em que ele está sendo executado, conforme foi feito nesta pesquisa, e por conseguinte trabalhar na perspectiva da aceitação de novas mudanças e de melhoria da educação de maneira geral, pois ela deve ser concebida como sendo um processo ativo de experiências práticas pensadas a partir de teorias científicas e vice-versa.

## 4 CONCLUSÕES

O presente trabalho tratou do processo histórico de ampliação das jornadas escolares no Brasil e sua interface com a adoção de políticas de Educação Integral a nível local, mais especificamente na Escola Cidadã Integral Jairo Aires Caluête em Parari-PB.

Esse tema tem se tornado muito pertinente nos dias atuais, visto que diz respeito ao fato de que o processo histórico de ampliação das jornadas escolares no Brasil está intrinsecamente relacionado com a evolução das políticas educacionais e curriculares, em especial às reformas da Base nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio.

No entanto, na vivência diária na escola integral nos deparamos com problemas, principalmente de ordem pedagógica e de infraestrutura, que nos fez ver uma certa distorção entre o que é proposto através dessa nova política educacional e o que de fato acontece na escola. Diante disso traçamos como objetivo geral: compreender a implementação da política de educação integral no município de Parari-PB e de maneira mais específica analisar os aspectos de infraestrutura e pedagógico da referida escola.

Nesta perspectiva, inicialmente realizamos um estudo exploratória documental sobre a política de Educação Integral no Brasil, sobre a qual passamos a entender que tratar-se de um processo que ao longo da história foi implementado a partir da intencionalidade apenas de alguns governantes e por isso sofreu enfraquecimento financeiro, estrutural e de gestão, assim como acontece até os dias de hoje.

A proposta de Educação Integral, defendida pelo Programa Mais Educação determinada pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, trata de um programa educacional fragmentado em termos de funcionamento e financiamento e assim coloca para a escola uma demanda de sobrecarga, induzindo-a a ampliação da jornada escolar sem levar em consideração elementos essenciais mais abrangentes: relação escola – comunidade; tempos e espaços na Educação Integral; poder público e financiamentos; formação de educadores; e participação das redes sócio-educativas, que são indispensáveis para o processo de construção do currículo e da aprendizagem integral.

Após, uma ampla reflexão acerca dos marcos legais e programas de Educação Integral, fomos a campo, realizar entrevistas com membros da escola, através das quais conseguimos alcançar nossos objetivos e por conseguinte responder a questão-problema. Em linhas gerais a política de Educação Integral não tem dado conta de uma questão fundamental, que é a adequação da infraestrutura para o bom funcionamento da escola e para o atendimento das demandas da jornada integral, gerando assim, várias insatisfações por parte de toda a

comunidade escolar e desafios até mesmo em relação ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Então o desenvolvimento do trabalho pedagógico, é um outro ponto que no modelo de Educação Integral tem se mostrado bastante fragilizado principalmente no que se refere: a organização da carga horária; a planejamentos e a formação continuada, de modo que as condições não correspondem a demanda o que torna o desenvolvimento da prática docente limitante e ainda mais desafiadora, conforme disse a participante 1 “Na minha concepção, o modelo de escola integral é um modelo muito bonito, mas que não se adequa a nossa realidade.” Se não se adequa, provavelmente não gera bom desenvolvimento, principalmente em termos de melhoria da aprendizagem dos alunos e satisfação dos profissionais de maneira geral.” Neste sentido, o nosso trabalho caracteriza-se como importante instrumento de reflexão e sensibilização acerca das problemáticas estruturais e pedagógicas existentes no contexto das escolas integrais.

Por fim, sabemos que a presente pesquisa, por si só, não responde todas as inquietações relacionadas à temática, porém, esperamos que ela sirva como material de estudo, para subsidiar propostas futuras de melhorias para o processo de Educação Integral do nosso país.

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio De Janeiro: LAMPARINA, 2009, 352 p.

BRASÍLIA-DF SEB/MEC 2023, Escola de Tempo integral Coleção: Eixo Ampliar VOLUME 1: **Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade**. <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/guia-alocacao-distribuicao-matriculas-eficiencia-equidade.pdf>

CARDOSO, Cintia Aurora Quaresma e OLIVEIRA Ney Cristina Monteiro de. **A História Da Educação Integral / Em Tempo Integral Na Escola Pública Brasileira**. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 25, n. 50, p. 57-77, jul./dez. 2019.

CIBEC, Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC). **Educação integral: texto referência para o debate nacional. - Brasília : Mec, Secad, 2009. 52 p. : il. – (Série Mais Educação)**ISBN 978-85-60731-74-9 1. Educação integral. 2. Programa Mais Educação. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC - **Guia para a elaboração da Política de Educação em Tempo Integral** - Março de 2024; <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/documentos/guia-elaboracao-politica-educacao-tempo-integral>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC **Boletins de acompanhamento, atualizado em 08/10/2024 às 15h31**. <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/monitoramento-e-avaliacao/boletins-de-monitoramento>.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE O ENSINO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

1. Como você avalia as condições de infraestrutura da escola? Está adequado para atender as demandas do modelo de ensino integral? Quais os impactos disso?
2. Com a política de educação Integral houve mudança no financiamento para infraestrutura escolar?
3. Como a escola administra seus recursos financeiros e quem participa dessa execução orçamentária?
4. A escola realiza algum tipo de parceria com outras instituições que tenha impacto no financiamento?
5. Quais os principais êxitos e desafios a nível da infraestrutura?
6. Com o novo ensino médio quais as principais mudanças na organização do trabalho pedagógicos da escola?
7. Como acontece a dinâmica de planejamento pedagógico na escola envolvendo gestores, professores e coordenadores? E como você avalia?
8. Quais os principais impactos do novo ensino médio no currículo escolar?
9. Como você avalia a oferta de formação continuada para os professores da rede e quais os impactos na prática pedagógica no contexto da escola integral?
10. Quais os desafios, os limites e possibilidades para o desenvolvimento para prática docentes no Ensino Integral?